

## Mediatização, políticas públicas e reconhecimento? Um estudo sobre práticas discursivas instauradas pelos vídeos do PNAE<sup>1</sup>

Camila de Oliveira dos SANTOS<sup>2</sup>  
Cátia Meire Resende<sup>3</sup>  
Rennan Lanna Martins MAFRA<sup>4</sup>  
Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG

### RESUMO

O presente artigo objetiva investigar práticas discursivas instauradas pelos vídeos divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). De forma mais específica, o estudo busca a compreensão de como essas práticas discursivas produzidas pelo Estado brasileiro podem evidenciar as fragilidades do PNAE. A base teórica está fundamentada na discussão sobre o reconhecimento, por Honneth (2003), mediatização, por Braga (2012) e na análise do discurso, por Brandão (2002). A metodologia empregada envolve a descrição e análise de cenas dos vídeos, divulgados no *facebook* do MDA. Os resultados evidenciam que, ao observar os vídeos MDA, é possível notar incongruências, lacunas e determinados estigmas que não colaboram para aquilo que o PNAE se propõe a mudar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mediatização, políticas públicas, reconhecimento, discurso.

### INTRODUÇÃO

A mídia, através de suas linguagens e discursos, é capaz de nos orientar e estimular a produção de padrões e estigmas comuns aos indivíduos de uma sociedade. A construção de sentidos produzida pela mídia permite evidenciar questões sociais e políticas e contribuir para a constituição de visões de mundo, as quais podem ser democráticas ou colaborar para a ampliação de visões de desigualdade.

Como parte integrante da sociedade, o Estado brasileiro também ocupa o espaço midiático na tentativa de produção de sentido junto às diversas práticas sociais que estabelece com os cidadãos. Os principais órgãos do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo se encontram presentes nas rádios, nos jornais, na televisão e, mais recentemente, na internet. Assim, o Estado se utiliza de linguagens midiáticas diversas, as quais podem construir sentidos e visões acerca dos temas divulgados.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na IJ 07 Comunicação Espaço e Cidadania da Intercom Júnior, evento componente do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 17 a 19 de junho de 2016.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 7º. Semestre do Curso de Comunicação Social -Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, email: [camilaosantos2@gmail.com](mailto:camilaosantos2@gmail.com).

<sup>3</sup> Co-orientadora do trabalho. Mestranda em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, email: [catiamesende@gmail.com](mailto:catiamesende@gmail.com)

<sup>4</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social-Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, email: [rennan.mafra@gmail.com](mailto:rennan.mafra@gmail.com).

Nesse sentido, a proposta desse artigo é estudar os processos de midiatização de políticas públicas realizados pelas instituições governamentais contemporâneas, a fim de compreender como estes podem interferir na produção de sentido e no modo como as próprias políticas públicas são constituídas. De forma mais específica, pretende-se investigar como as práticas discursivas dos órgãos oficiais na internet acabam construindo um campo discursivo de sentidos nos quais determinadas relações, intencionais ou não, são inevitavelmente projetadas. Dessa forma, ainda que exista um esforço de controle<sup>5</sup> da projeção de um determinado tipo de imagem, as práticas discursivas instauradas pelos vídeos revelam sentidos que, muitas vezes, ainda que não assumidos pelo Estado, colaboram para a reprodução de determinados tipos de estigmas, lacunas e incongruências, os quais as próprias políticas públicas visam romper com suas propostas de ação.

O recorte empírico aqui utilizado para a análise da linguagem midiatizada utilizada por órgãos públicos se baseou em publicações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no *Facebook* do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Nessa página, encontram-se vídeos que narram histórias dos agricultores beneficiários do Programa, bem como de escolas e cooperativas que participam do mesmo. Os vídeos são produzidos exclusivamente para a página do Ministério e contam com a participação de diversos atores, como repórteres, agricultores, nutricionistas, estudantes e cantineiras.

De tal sorte, vale destacar que o PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, recursos esses destinados a suprir as necessidades nutricionais dos alunos das escolas públicas. Segundo o FNDE (2016b), um dos principais avanços do PNAE se deu em 2009, com a promulgação da Lei nº 11.947, a qual estabeleceu que no mínimo 30% de todos os recursos repassados do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos diretamente da agricultura familiar.

A fim de compreender como a midiatização de políticas públicas é discutida no âmbito acadêmico, foi realizada uma pesquisa nos principais periódicos nacionais, observando-se que o tema é muito privilegiado em diversos estudos. Logo, alguns estudos sobre o tema podem ser divididos em três abordagens. Na primeira dessas abordagens, encontram-se estudos que problematizam a comunicação em políticas públicas. De maneira geral, esses estudos abordam como a comunicação pode potencializar a visibilidade de um

---

<sup>5</sup>Vale ressaltar que, desde 2012, o Manual de Orientação para Atuação em Mídias Sociais (BRASIL, 2012) determina padrões visuais, pautas, a periodicidade e o conteúdo das postagens, bem como utilização de certos ângulos de câmera em gravações, entre outras normas, a fim de controlar o que e como o Estado se comunica com os cidadãos.

grupo (MOREIRA, 2014) ou como a comunicação atua na gestão e na formulação de políticas públicas (SANTOS JR, 2012; SARDINHA, 2012; AMARAL e AMARAL, 2015).

Numa segunda categorização, tem-se a midiaticização de políticas públicas através dos veículos midiáticos, jornalísticos ou não. Assim, esses estudos divulgam as políticas públicas, demonstrando a construção de sentidos que esses veículos fazem (HEDLER, 2011; FRANÇA et al, 2012; MASSUCHIN, 2012). E por fim, encontram-se estudos sobre páginas oficiais dos órgãos institucionais. Em sua grande maioria, essas pesquisas discutem as potencialidades e os limites da participação social nas mídias sociais, em relação às postagens sobre políticas públicas (CARVALHO, 2015), questionando o papel do Estado em permitir que se crie ou não um espaço público de diálogo (MARQUES, 2008).

Nesse sentido, notou-se que apesar do grande número de pesquisas que abordam a comunicação e as políticas públicas, observa-se a escassez de estudos que problematizam os discursos construídos pelos órgãos oficiais e sua relação com a produção e sentidos em termos das políticas públicas propostas por tais órgãos. Sob essa perspectiva, o objetivo desse artigo é analisar como os recursos midiaticizados projetam, por um lado, determinados conjuntos de sentidos que intencionalmente o Estado deseja produzir, mas, por outro, deixam transparecer outros sentidos que são contrários aos objetivos da política pública.

Para isso, uma discussão teórica sobre o reconhecimento em políticas públicas realizou-se no intuito de evidenciar questões que parecem sustentar o PNAE. Em seguida, discutiu-se a midiaticização como fenômeno social e, por fim, a relação entre as práticas discursivas e midiaticização. A partir dos apontamentos teóricos, analisou-se dois vídeos do *Facebook* do MDA, buscando identificar os elementos destacados durante a discussão teórica. Por fim, as considerações finais enfatizam a necessidade de estudos futuros para a ampliação do problema proposto.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Políticas públicas e reconhecimento**

Definir políticas públicas implica determinar os papéis das instituições públicas nas sociedades. De acordo com Peters (1986), política pública é o conjunto de ações dos governos, atuando com ou sem intermediários, e que interferem na vida dos indivíduos. É mais que uma decisão ou qualquer ação do Estado, ela implica que afete uma realidade social. Logo, a elaboração das políticas públicas pode ser feita a partir de carências, geradas

tanto pelos cidadãos ou pelo próprio sistema político. De acordo com Ruas (1997) essas demandas podem ter diversas motivações, podendo ser

reivindicações de bens e serviços, como saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, normas de higiene e controle de produtos alimentícios, previdência social, etc. Podem ser, ainda, demandas de participação no sistema político, como reconhecimento do direito de voto dos analfabetos, acesso a cargos públicos para estrangeiros, organização de associações políticas, direitos de greve, etc. Ou ainda, demandas de controle da corrupção, de preservação ambiental, de informação política, de estabelecimento de normas para o comportamento dos agentes públicos e privados, etc. (RUAS, 1997, p.2).

Para que essas reivindicações sejam vistas e as políticas públicas sejam formuladas e tenham aplicabilidade efetiva, é necessário que os diferentes atores, considerados como cidadãos como portadores de direitos, sejam reconhecidos. Segundo Lucas e Oberto (2010) a questão do reconhecimento se estabelece como um elemento central para a interpretação das demandas e dos problemas que atingem a sociedade.

Honneth (2003), um dos principais teóricos sobre uma teoria do reconhecimento, defende que, através do reconhecimento intersubjetivo, o sujeito pode se autorrealizar e ter sua identidade assegurada. O autor propõe a distinção de três formas de reconhecimento recíproco: o *amor*, baseado nas relações amorosas e na amizade; o *direito*, vinculado às relações jurídicas; e a *solidariedade*, relacionada à estima social dos indivíduos. A primeira seria as relações emotivas que os indivíduos possuem com os seus parceiros, estabelecendo consigo mesmo uma relação de autonomia e autoconfiança. A segunda forma de reconhecimento recíproco se refere às relações jurídicas, nas quais os sujeitos se reconhecem mutuamente como portadores de direitos e, assim, é possível que estes respeitem a si mesmo quando se sentem reconhecidos pelos demais. Por fim, a estima social está ligada à existência de uma comunidade de valores, na qual os sujeitos partilham de objetivos comuns, mas são individualizados em suas capacidades. Além disso, essa forma de reconhecimento permite a criação de um “sentimento de próprio valor”, uma autoestima.

Para cada uma dessas formas de reconhecimento recíproco, Honneth (2003) propõe uma forma de desrespeito ou de reconhecimento recusado. Respectivamente, estas seriam a violência física, a qual se basearia na disposição sobre o próprio corpo para total submissão à vontade do outro; a negação dos direitos, que limita sua autonomia pessoal e resulta, para o sujeito, numa “perda da capacidade de se referir a si mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos” (p.217); e a desvalorização social, que se refere à atribuição negativa ao valor social de indivíduos ou grupos. Nesse sentido, Honneth

(2003) aponta que é a recusa às formas de reconhecimento que torna o impulso para que os sujeitos empreendam lutas moralmente motivadas ou, nos termos do autor, que se insiram numa “luta por reconhecimento”.

Diante dessa breve apresentação da teoria do reconhecimento, proposta por Honneth (2003), a tentativa de relacionar esta às políticas públicas parte da ideia de que as lutas pelo reconhecimento podem tornar-se demandas das políticas públicas. Assim sendo, Niederle (2014) atesta que, nos últimos anos, uma das principais novidades no cenário agrário brasileiro, tem sido justamente a expansão das lutas por reconhecimento e por direitos de sujeitos que almejam serem reconhecidos em suas especificidades. Nesse sentido, uma aproximação entre o PNAE e o reconhecimento será apresentada a seguir.

### **PNAE e o reconhecimento**

A partir de 2009, com a promulgação da Lei nº 11.947, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passou a se vincular diretamente à agricultura familiar. Desde então, o Programa admite reconhecer “a necessidade de se pensar em uma forma de produção de alimentos que atenda às demandas nutricionais da população e garanta a evolução social e econômica dos agricultores familiares” (FNDE, 2016a, p.5). Dessa forma, essa política pública estabelece uma nova relação entre o agricultor familiar, a escola e o Estado, demonstrando propósitos de desenvolvimento e integração social.

Os objetivos do PNAE sugerem, portanto, o desejo do Estado em promover o reconhecimento dos agricultores e de suas famílias, tanto frente ao próprio Estado quanto à sociedade em geral. Além dos recursos financeiros, esse reconhecimento parece se basear, ao menos teoricamente, na valorização da produção agrícola familiar, nos hábitos regionais dos escolares e, principalmente, na promoção de um desenvolvimento rural.

Em meio a esse reconhecimento dos agricultores familiares, o Estado brasileiro estabelece um perfil para o agricultor familiar beneficiário do PNAE, delimitando sua forma de renda e de trabalho<sup>6</sup>. Além disso, o papel das escolas e das demais instituições envolvidas no Programa são bem definidos, se baseando na garantia da qualidade dos

---

<sup>6</sup> De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, é considerado agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e; não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e assentados da reforma agrária desde que atendam aos requisitos da Lei 11.326/06 (FNDE, 2014, p.1).

alimentos que chegam às escolas públicas do país. A partir dos objetivos do Programa e das novas abordagens que parecem ser criadas pelo Estado, tanto na formulação quanto na divulgação das políticas públicas, se faz importante investigar como esse reconhecimento, pretendido pelo mesmo, é midiaticado no contexto dessa política pública de merenda escolar. Antes, porém, é válido o entendimento da mediação como um fenômeno social.

### **Mediação como fenômeno social**

A inserção de novas tecnologias tem transformado constantemente os processos comunicacionais e as relações sociais. Atualmente, com a produção, circulação e distribuição de conteúdos realizados de forma dispersa e compartilhada, os modos como os indivíduos interagem entre si e como a própria sociedade se constrói, se modificaram. Nessa perspectiva de transformação das interações, surge o processo de mediação. Segundo Braga (2012), esse processo envolve mais que “meios” e “receptores e suas mediações”, mas diversas formulações e articulações entre os objetos comunicacionais.

Nesse sentido, a mediação traz perspectivas nas relações sociais, que se “caracteriza pela articulação dos meios de comunicação e informação com as demais instâncias mediadoras da vida social” (GUILDANI E MORIGI, 2012, p. 198). O processo de mediação entende, assim, que essa articulação entre os indivíduos vai além do uso de novas tecnologias, abrangendo o “componente social no processo” (BRAGA, 2012, p.37). Mais importante que a criação de novos meios, é a utilização que os indivíduos fazem deles. Um exemplo claro é o *Facebook*, que surgiu como uma rede social para que amigos e familiares interajam e troquem mensagens, mas se tornou palco de compartilhamento de conteúdos diversos e de formação de grupos de movimentos sociais.

Outra característica da mediação é o deslocamento de espaços já tradicionais de interação para modos mais dinâmicos. Mesmo que essas mídias “continuem a definir padrões de comunicação e lógicas inferenciais, que organizam a sociedade e suas tentativas, tais processos, em sua generalidade, se deslocam para modos mais complexos” (BRAGA, 2012, p.37). Em uma sociedade mediaticada, poderá haver uma releitura dos processos interacionais já consolidados ou a junção de vários em um processo contínuo. Esse processo é fluido e marcado pela interação constante entre os indivíduos, demonstrando um “esforço interacional, que se desloca do modelo conversacional (comunicação reverberante, de ida-e-volta) para um processo de fluxo contínuo, sempre adiante” (BRAGA, 2012, p. 40).

Essa lógica de fluxo contínuo implica na mudança das instituições e das pessoas envolvidas no processo de midiaticização. As entidades, que antes eram fonte de informação e teriam que esperar demandas dos meios de comunicação ou comprar neles um espaço publicitário, poderão ocupar o próprio espaço, isto é,

de fornecedores de uma informação que deve ainda passar pelo crivo interpretativo-seletivo de um jornalista – para uma posição de informadores “diretos”, com base em uma reivindicação de credibilidade por se vincularem diretamente ao acontecimento relatado” (BRAGA, 2012, p.46).

Dessa forma, os sentidos produzidos dentro da midiaticização poderão ser diferentes dos vistos até então e modificados constantemente. De acordo com Lycarião (2012), as práticas políticas já instauradas podem ser modificadas durante o processo de midiaticização. Para esse autor,

Quando a midiaticização da política implica que as propriedades mesmas da prática política são modificadas de tal modo que as lógicas da mídia passam a prevalecer, então identificamos aí uma abordagem unilateral da midiaticização. Uma abordagem que negligencia que muito da cena pública política se explica pelas propriedades e lógicas da própria política e não da mídia (LYCARIÃO, 2012, p.138).

Observa-se que o processo de midiaticização afeta de forma ampla todas as instâncias, provocando alterações políticas e sociais. Os padrões sociais de se relacionar e se articular mudam em um contexto de sociedade de midiaticização. Entender como o Estado se organiza e produz sentidos nessa lógica de midiaticização, surge como uma forma de se compreender a própria constituição da sociedade.

### **Práticas discursivas e midiaticização: a instauração de sentidos em disputa**

A articulação entre fenômenos linguísticos, ligados às visões de mundo e os contextos estabelecem o momento discursivo. Para a análise desse momento, se faz importante entender os elementos que constituem o discurso. Brandão (2002), explica Foucault e aponta as demais peças do discurso utilizado por ele, a saber:

os *objetos* que aparecem coexistem e se transformam num "espaço comum" discursivo; os diferentes *tipos de enunciado* que podem permear o discurso; os *conceitos* em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema comum; os *temas e teorias*-, isto é, o sistema de relações entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias (BRANDÃO, 2002, p.32).

Assim, a relação entre objetos, tipos de enunciado, conceitos e estratégias iriam constituir uma “formação discursiva” e o discurso seria “um conjunto de enunciados que se

remetem a uma mesma formação discursiva” (BRANDÃO, 2002, p.33). Segundo Brandão (2002), Foucault lista quatro atributos da formação do discurso. O primeiro seria o “referencial”, ou seja, aquilo que o discurso enuncia, a própria razão do discurso existir e a forma que os *objetos* aparecem. O segundo seria “a relação do enunciado com seu sujeito” (BRANDÃO, 2002, p.33). Já a terceira característica seria o “campo adjacente” do discurso, que seria o ponto de encontro entre o enunciado proferido e os demais enunciados existentes. E, por fim, a última característica, é “aquela que o faz emergir como objeto: refere-se a sua condição”, é o processo de diferenciar o enunciado de seu processo de enunciação. Portanto, “enquanto a enunciação se marca pela singularidade, pois jamais se repete, o enunciado pode ser repetido” (BRANDÃO, 2002, p.36).

Em uma tentativa de estabelecer a ligação entre o processo de mediação e a prática discursiva, tem-se que a mediação é capaz de impulsionar e amplificar algumas das características apontadas por Foucault. A nova forma de articulação entre os indivíduos a partir da mediação podem potencializar o surgimento de novos objetos de discursos, transformar as relações dos sujeitos com os seus enunciados, possibilitar o encontro de discursos distintos e projetar o enunciado a inúmeras repetições.

O discurso é formado por ideologias e sua fundamentação tem a ver com escolhas, visões de mundo e práticas de poder. A mediação pode reforçar, reformular ou produzir discursos e, assim, através deles, é possível entender os sentidos que estão em disputas. Ao analisar vídeos de uma página de um órgão do Estado, no caso, a Fanpage do Ministério do Desenvolvimento Agrário, problematiza-se como as práticas discursivas mediadas sobre uma política pública podem demonstrar equívocos ou evidenciar questões problemáticas das tentativas de reconhecimento que o PNAE quer produzir frente aos cidadãos.

## **ANÁLISE E RESULTADOS**

Numa pesquisa sobre o PNAE na internet, especificamente no *Facebook*, foi possível notar que existe uma página específica para o Programa, a qual possui 3443 curtidas. Porém, a mesma não é verificada e sua última postagem é de 2014. Logo, a fim de investigar a mediação da política pública, as páginas dos Ministérios da Educação, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Agrário que poderiam ter postagens sobre o PNAE foram analisadas. Em uma busca rápida notou-se que o MDA apresentava mais postagens e com mais frequência sobre o tema e, por isso, a Fanpage desse ministério foi a escolhida para a análise aqui proposta.

A página do MDA possui 194.887 curtidas e é uma página verificada pelo *Facebook*. Assim, decidiu-se que a análise deveria focar entre janeiro de 2014 e fevereiro de 2016 por ser um período pós divulgação do Manual de Orientação para Atuação em Redes Sociais (BRASIL, 2012), um período eleitoral e recente para a produção deste artigo. Nesse período, o MDA apresentou 26 postagens sobre o PNAE<sup>7</sup>, as quais são divididas em dez vídeos e 16 imagens. Para essa análise, foram escolhidos dois vídeos, os quais abordam diretamente todos os pontos da relação entre agricultores, escola e o Estado.

O primeiro<sup>8</sup> vídeo analisado foi postado em 12 de janeiro de 2016, tem dois minutos e trinta e quatro segundos e apresenta a seguinte descrição: “Em Canoas (RS), a prefeitura garante uma alimentação saudável e saborosa comprando alimentos através de Programas do MDA. Milhares de alunos são beneficiados com a produção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Além das escolas, o Programa de Aquisição de Alimentos está nos hospitais do Grupo Hospitalar Conceição. Uma rede de cooperativas garante o sucesso da iniciativa”. Esse vídeo foi ambientado numa escola municipal de Canoas (RS) e sua primeira cena mostra crianças comendo, com a frase do repórter “comida no prato, criançada feliz”. Logo depois, as crianças são perguntadas se gostaram dos alimentos e o que comeram e, ainda, há imagens da escola e do caminhão da cooperativa chegando na mesma e os cooperados entregando os alimentos. Durante estas cenas, o repórter narra os números de crianças atendidas naquela escola e na cidade pelo PNAE. Em seguida, uma nutricionista pontua os benefícios nutritivos dos alimentos da agricultura familiar e uma professora fala do quanto os alunos gostam daqueles alimentos. Adiante, o repórter narra as possíveis ampliações do PNAE e uma gestora de alimentos explica os objetivos da expansão do Programa. Depois, o repórter entrevista o diretor da cooperativa que entrega os alimentos do PNAE na escola.



Figura 1: Crianças se alimentando e os alimentos entregues na escola.  
Fonte: [www.facebook.com/mdagovbr/videos/948546871906903](http://www.facebook.com/mdagovbr/videos/948546871906903)

<sup>7</sup>Em algumas postagens o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é citado juntamente com o PNAE. O PAA se refere à compra de alimentos diretamente da agricultura familiar para órgãos públicos ou doação para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

<sup>8</sup>Disponível em: <<https://www.facebook.com/mdagovbr/videos/948546871906903>>. Acessado em maio 2016.

O segundo<sup>9</sup> vídeo foi postado em 27 de janeiro de 2016, tem três minutos e dezessete segundos e a descrição: “Por meio dos programas PNAE e PAA, agricultores familiares do município de Formosa (GO) atendem mais de três mil alunos da rede de ensino público. Saborosas polpas de frutas garantem lucro aos cooperados e alimentação saudável”. O vídeo se ambienta numa escola municipal, numa cooperativa e apresenta imagens de agricultores colhendo alimentos. O vídeo se inicia com imagens de frutas e de polpas processadas e embaladas. Em seguida, mostra cenas de agricultores colhendo e carregando alimentos, a qual é cortada por imagens das crianças tocando violino na escola. Durante todo esse tempo, há uma narração da repórter sobre os números de alimentos entregados pela cooperativa. A diretora da escola fala que recebe produtos do PNAE e a presidente da cooperativa é entrevistada sobre a fundação da mesma e os benefícios de participar do Programa. Logo depois, um associado é entrevistado e adiante, há a passagem da repórter dentro da sala de aula e uma nutricionista falando sobre a alimentação das crianças.



Figura 2: Os agricultores no vídeo.

Fonte: [www.facebook.com/mdagovbr/videos/956044484490475](http://www.facebook.com/mdagovbr/videos/956044484490475)

### 1) Reconhecimento como mercado

A partir da promulgação da Lei nº 11.947/2009, o PNAE passou a garantir um mercado institucional ao agricultor familiar com o objetivo de “garantir a evolução social e econômica” (FNDE, 2014, p.4) destes e o apoio ao desenvolvimento sustentável local. Apesar desse objetivo, através dos vídeos, pode-se notar a ênfase dada ao desenvolvimento econômico e a essa garantia de mercado que o Programa proporciona. Nos dois vídeos, os números de alunos e de agricultores beneficiários, bem como o valor recebido anualmente pelas cooperativas e as toneladas de alimentos entregues por elas são reforçados: “mais de 30 mil alunos são beneficiados”, “no ano passado foram distribuídos pela cooperativa dez toneladas de polpas de fruta”, “a renda bruta atual chega a cem mil reais”.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/mdagovbr/videos/956044484490475>> . Acessado em maio de 2016

As falas dos dois agricultores cooperados no vídeo do dia 27 de janeiro reiteram a importância dada a ideia de mercado garantido:

Agricultora: “Se nós tivesse que colocar esse produto nosso no mercado hoje a gente teria, vou te falar francamente, as vezes nós não tinha atingindo aonde nós já chegamos, porque o PNAE e o PAA nos livra do imposto, do ICMS, alguma coisa assim. Pra gente chegar com ele novo no mercado, as vezes nós tinha que pagar tudo isso que gerava uma despesa a mais, né? Então para nós é muito importante”

Agricultor: “A cooperativa já tem mais facilidade pra vender, então ficou mais fácil a gente entregar para a cooperativa do que a gente sair com o produto expondo, sem saber pra quem vender a mercadoria”.

Assim, os agricultores demonstram ver o PNAE como uma oportunidade de mercado diferente e mais benéfica do que o mercado da livre concorrência tradicional, pois, ao mesmo tempo, que garante a compra, independente de demais ofertas, ainda proporciona um lucro maior por livrar os agricultores de tributos.

Vale destacar, ainda, que nos vídeos não é mostrada nenhuma forma de desenvolvimento social e local, nem dos agricultores nem de seu entorno. Isso pode ser constatado pelas falas dos repórteres, que, ao apontar os benefícios do PNAE, ressaltam apenas os ganhos de dimensão financeira para os agricultores:

Repórter: “todo mundo sai ganhando, as famílias que conseguem se sustentar através do trabalho na cooperativa, os compradores que tem seus produtos expostos nas escolas e as crianças que são as maiores beneficiadas com o PNAE”.

Constata-se, portanto, que na tentativa do PNAE em promover o desenvolvimento sustentável e de se materializar como uma política pública de reconhecimento, a construção do discurso se vale apenas do destaque ao aumento de renda, ligado a uma exclusividade do mercado. Resta, no entanto, questionar se apenas o acesso a novos mercados e o aumento da renda são suficientes para o reconhecimento dos agricultores familiares beneficiários do Programa.

## **2) As famílias e saúde: causalidades?**

As vantagens da agricultura familiar para as crianças também são enfatizadas nos vídeos. Com imagens de crianças sorrindo com o prato na mão ou com o próprio depoimento delas falando que gostaram da comida, tem-se a construção de uma imagem de alimentos frescos que contribuem para o bom desempenho escolar das mesmas.

De acordo com o FNDE (2014), adquirir os produtos da agricultura familiar “é avanço, é mais qualidade da alimentação a ser servida, manutenção e apropriação de hábitos

alimentares saudáveis e mais desenvolvimento local de forma sustentável” (p.4). O PNAE pretende, assim, que os alimentos da cultura local sejam valorizados e as crianças criem o hábito de consumi-los na tentativa de “atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes (FNDE, 2015)”. Nos vídeos, as nutricionistas e cantineiras falam sobre a ligação entre os alimentos e desempenho dos alunos:

Nutricionista “A alimentação é fundamental para a aprendizagem, um aluno bem alimentado está mais tranquilo dentro da sala de aula para absorver os ensinamentos”.

Cooperada: “é um orgulho muito grande a gente preparar um lanche, saber que tanta criança vai comer desse lanche e vai fazer bem para eles porque é uma coisa natural”.

Nutricionista: “os alimentos da agricultura familiar são bem benéficos para as crianças, são ricos em vitaminas e minerais próprios para o desenvolvimento escolar e sendo da agricultura familiar tem o benefício de vim do campo direto pro prato da criança sem o atravessador e a fruta e o vegetal totalmente fresco mantendo essa qualidade 100%”.

No entanto, é importante salientar que, durante os vídeos, não se discute sobre a qualidade dos alimentos, além de não mencionar se os produtos são produzidos sem agrotóxicos ou se respeitam a cultura local. Ao contrário, as características “natural”, “frescos”, “qualidade 100%” são apresentadas apenas pelo fato de virem diretamente do campo, apresentando uma lógica de causalidade entre alimentos saudáveis e a agricultura familiar. É importante questionar, entretanto, se essa lógica pode ser afirmada quando não se discute as práticas dos agricultores nas diferentes realidades que estes se inserem.

### **3) Estigmas do agricultor em paradoxo com os objetivos do PNAE**

Os objetivos do PNAE parecem demonstrar que essa política pretende romper com determinadas visões que a sociedade tem sobre o agricultor, através da criação de condições para o desenvolvimento socioeconômico dos mesmos e do estímulo às relações entre todos os envolvidos no Programa. Durante os vídeos, porém, podemos notar que os agricultores mostrados apresentam uma forma de falar “de interior”, com a subtração de algumas letras e sílabas:

Agricultora: ... “pra gente aproveitar, naquela época a gente pensava nos frutos do cerrado e nos frutos do quinta que *tava perdeno*, não tinha onde colocar isso né”.

De acordo com Braga (2012), a utilização da linguagem é uma manifestação de uma “competência socioideológica” dos indivíduos, que relaciona não apenas a formação linguística, mas também uma competência ideológica individual. Ao trazer esses agricultores, o Estado demonstra e reforça uma competência socioideológica já enraizada pela sociedade, a qual, no entanto, o Programa promete transformar.

A própria ambientação dos vídeos ajuda a reforçar os papéis sociais dos entrevistados: os agricultores estão no campo, as crianças na escola, as nutricionistas na cozinha, as professoras na sala de aula. Logo, as cenas acabam por reforçar os lugares já determinados para cada um dos indivíduos na sociedade.



Figura 3: Exemplo das ambientações dos entrevistados nos vídeos.

Fonte: [www.facebook.com/mdagovbr/videos/948546871906903](https://www.facebook.com/mdagovbr/videos/948546871906903) e  
<[www.facebook.com/mdagovbr/videos/956044484490475](https://www.facebook.com/mdagovbr/videos/956044484490475)>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo preocupou-se em investigar as práticas discursivas instauradas pelos vídeos divulgados pelo MDA sobre o PNAE, a partir da ideia de que o discurso, segundo Braga (2012), é o “ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos” (p. 11), e que pode construir os sentidos da realidade. Na sociedade moderna, o processo de midiaticização intensifica os processos relacionais e a “estrutura sócio-técnica-discursiva se estabelece, produzindo zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade” (BRAGA, 2012, p.35). Logo, o processo de midiaticização é capaz não só de afetar as práticas discursivas, mas também intensificar e transformá-los.

Vimos que o Estado estabelece discursos sobre o PNAE, ao passo que pretende garantir uma alimentação de qualidade, estimular hábitos saudáveis e promover o desenvolvimento sustentável e, para isso, utiliza-se de diversas ferramentas de midiaticização moderna. No entanto, esses discursos, projetados nos vídeos do PNAE no *Facebook* do MDA, acabam reforçando justamente alguns estigmas em relação ao local do agricultor, acabando por não preencher as lacunas sociais ao enfatizar apenas os ganhos econômicos

dos agricultores beneficiados e não explicitar as garantias da produção saudável dos alimentos entregues nas escolas.

De tal modo, conclui-se que os vídeos sobre o PNAE não colaboram para a concretização dos objetivos propostos pelo PNAE. Logo, salienta-se a necessidade de estudos futuros que busquem compreender as reais implicações desses vídeos e como este adentram os contextos locais dos beneficiários do Programa, principalmente dos agricultores familiares.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, F. B; AMARAL, M. F. B. Lutas sociais e políticas públicas: os órgãos de comunicação como parceiros na formulação e divulgação de políticas públicas de proteção social. **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**, São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2015.

BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. **Mediação & Mdiatização**. Salvador: EDUFBA, p. 31-52, 2012.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do Discurso**, 8ª ed. Campinas-SP: Pontes, 2002.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Manual de Orientação para Atuação em Redes Sociais**. 2012. Disponível em: < [http://secom.gov.br/pdfs-da-area-de-orientacoes-gerais/internet-e-redes-sociais/secommanualredessociaisout2012\\_pdf.pdf](http://secom.gov.br/pdfs-da-area-de-orientacoes-gerais/internet-e-redes-sociais/secommanualredessociaisout2012_pdf.pdf)>. Acesso em: maio de 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.947** de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm). Acesso em: março 2016.

CARVALHO, M. C. O Ministério da Saúde e os desafios das campanhas nas redes sociais na internet: interações sobre a vacina HPV. In: **Simpósio Internacional de Tecnologia e Narrativas Digitais**, 2015, São Luís: SITND, 2015.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. Brasília, 2016a. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais>. Acesso em: março de 2016.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. O Encontro da Agricultura Familiar com a Alimentação Escolar. 2011. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/pageflip-2583697-3759191-lt\\_CARTILHA\\_O\\_ENCONTRO\\_DA-8200479.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-2583697-3759191-lt_CARTILHA_O_ENCONTRO_DA-8200479.pdf). Acesso em: março de 2016.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Agricultura Familiar. 2014. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais>. Acesso em: maio 2016.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Programas. Alimentação Escolar. 2016b. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>. Acesso: março de 2016.

FRANÇA, G. M.; RODRIGUES FILHO, L. C.; QUINTA SILVA, M. M. A. Responsabilidade social e divulgação de políticas públicas ambientais: Um estudo de caso da assessoria de comunicação da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Campo Grande/MS. **e-Com**, vol. 5, n.1, 2012.

GUIDANI, J. F.; MORIGI, J. L. Romarias, marchas e tecnologias: as mediações e a midiaticização da questão agrária contemporânea. **Mediação & Midiaticização**. Salvador: EDUFBA, p. 195-218, 2012.

HEDLER, A. P. **Mulher e mídia**: uma análise do enquadramento de políticas públicas femininas nos jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo de 2005 a 2008. 2011. 136 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Ed34, 2003.

LUCAS, D. C.; OBERTO, L. C. Redistribuição versus reconhecimento: apontamentos sobre o debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, 2(1): 31-39, 2010.

LYCARIÃO, D. Sistema dos *media* e deliberação pública: acerca do valor epistêmico da mediação para a legitimação democrática. **Mediação & Midiaticização**. Salvador: EDUFBA, p. 123-148, 2012.

MARQUES, A. O Programa Bolsa-Família na mídia e na fala das beneficiárias: o lugar ocupado pelo Estado na configuração dialógica dos espaços de debate público. **Revista ECO-Pós**, vol. 11, n.1, p.166-191, 2008.

MASSUCHIN, M. G. **Visibilidade das políticas públicas ambientais na mídia impressa brasileira**: um estudo comparativo da cobertura realizada pelos jornais Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo e Diário dos Campos no período de 2000 a 2009. 2012. 156 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MOREIRA, A. de L. **Visibilidade, comunicação, políticas públicas e saúde**: ressonâncias e interrelações na saúde indígena. 2014. 201 f. Tese (Doutorado em Ciências), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

NIEDERLE, P. A. A agricultura familiar entre o setorial e o territorial? Novos referenciais para as políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Perspectivas Rurales**, Universidad Nacional Costa Rica, Nueva Época, ano 12, nº 24, 2014.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham H. 1986

RUAS, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES (1997).

SANTOS JR, E. G. A importância da comunicação na gestão pública e sua influência e relações com os interesses públicos, políticos e transparência governamental: o caso da prefeitura de Castro-Paraná. **Ciências Sociais Aplicadas**, vol. 20, n. 2, Ponta Grossa, p.193-202, 2012.

SARDINHA, A. C. Comunicação, controle social das políticas públicas e os desafios para a Comunicação Pública nos conselhos gestores de saúde. **e-Com**, vol. 5, n.1, 2012.